Quem é precário afinal? O trabalho em projetos sociais

Martín Andrés Moreira Zamora[1]
Fabio Bittencourt Meira[2]

Resumo:

Quando o Estado se retira da função de intervenção não apenas econômica, mas também social, ocorre uma transformação das políticas públicas de enfrentamento da questão social. Nesse contexto, ascende a forma dos projetos como instrumento da gestão pública de problemas sociais. Como efeito dessa transformação, observa-se a redução e fragmentação das políticas em problemas segmentados, além da transferência de recursos públicos, mas não necessariamente do controle público, para as organizações executoras de projetos. Este artigo problematiza a organização do trabalho, interna aos projetos sociais, de modo a discutir um efeito paradoxal da transformação: o fato de os trabalhadores de projetos sociais estarem expostos à incidência dos elementos de normalização e generalização da precariedade que definem o cenário da própria questão social que os projetos devem confrontar. Ora, se o motivo que justifica a existência dos projetos incide sobre seus próprios trabalhadores, isto levaria, no limite, ao absurdo de fazer deles seu próprio público!? Torna-se, portanto, claramente problemática a organização do trabalho no âmbito dos projetos sociais, uma vez que reproduz a condição de vulnerabilidade sobre a qual os projetos devem intervir. Este artigo examina a percepção de um grupo de trabalhadoras, atuantes em projetos sociais, sobre sua própria condição. O objetivo é compreender a percepção da precariedade na vida laboral, ou melhor, o que leva aqueles que trabalham para combater a condição social precária a aceitarem (ou não) a submissão a esta mesma condição. A análise baseia-se na abordagem da sociologia da crítica e orienta-se pela categorização das justificações, à luz da concepção da cidade por projetos de Boltanski & Chiapello (2009). Os resultados sugerem certa instrumentalização da consciência social e da militância das trabalhadoras, que acabam se convertendo em justificação no âmbito do do engajamento, da autonomia e da alternância.

Palavras-Chave: Projetos sociais; Trabalho; Precariedade; Justificação; Cidade por Projetos.

1 Economista, mestre em Administração e doutorando em Estudos Organizacionais pelo PPGA-UFRGS. Integra o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA – UFRGS).

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA-UFRGS). Pesquisador fundador do Núcleo de Estudos en Gestão Alternativa (NEGA/EA/UFRGS).

INTRODUÇÃO

No mundo de hoje, a política neoliberal alia-se à dinâmica da acumulação flexível para produzir uma profunda insegurança na vida dos trabalhadores (Antunes, 1999; Gounet, 1999; Harvey, 2010). A retirada gradativa de direitos e o declínio da seguridade social reforçam a crescente precarização do trabalho (Alves, 2000; Dal Rosso, 2008; Druck, 2011). No âmbito da ação estatal, as políticas de proteção social vêm sofrendo dura inflexão, orientadas crescentemente ao objetivo de mercantilizar saúde e previdência social (Harvey, 2008; Puello-Socarrás, 2014). A assistência social tem sido submetida à políticas cada vez mais focalizadas e descentralizadas, com parcerias privadas direcionadas à mais ampla filantropização (Montaño, 2010).

Este quadro nos faz recuar aos anos 1990, quando, diante do processo global de reestruturação capitalista, Castel (1998) e Rosanvallon (1995) diagnosticam uma nova dinâmica da *questão social*. Trata-se da *normalização e generalização da precariedade*. É o declínio do assalariamento produzindo a crescente desestabilização dos estáveis com contratos de curta duração, facilidades de demissão, terceirização e outras inovações do gênero. Na dimensão estrutural, o impacto da tecnologia produz "um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social" (Castel, 1998, p. 529). A combinação desses condicionantes empurra camadas crescentes de trabalhadores à condição de "supranumerários" ou "supérfluos" (Castel, 1998, p. 33).

O declínio do paradigma da seguridade, típica do Estado de Bem-Estar Social, define a nova condição de desemprego e exclusão, cujo significado imediato vai além da mera exposição ao risco, levando à crescente vulnerabilidade (Rosanvallon, 1995). No mundo neoliberalizado, quando o Estado estrangula a seguridade social, promove uma condição social de dupla restrição nas formas de vida precária: de um lado, a incidência da vulnerabilidade, de outro, a violência estatal que regula e normaliza esta incidência, além de desarticular a rede pública de proteção social. "A condição precária define a condição politicamente induzida de certas populações que sofrem com a deficiência de redes sociais e econômicas de apoio, ficando expostas, de forma diferenciada, às violações, violência e à morte" (Butler, 2015, p. 46). À medida que o Estado declina da seguridade, torna-se o indutor de uma violência de ordem sistêmica que só se justifica como garantidora de um limiar aceitável de acumulação. Ora, se o Estado é promotor da reprodução capitalista, as instituições consolidam-se mediadas pelo aparato estatal, efetivando a existência de mecanismos de regulação jurídica e burocrática da exploração do trabalho (Mascaro, 2013). Quando o Estado garante a ordem, preserva o fluxo de acumulação, ainda que contrariando interesses de certas frações de classe.

Nesse sentido, as chamadas *políticas sociais* só aparentemente contrariam interesses capitalistas, pois em dados momentos são fundamentais para garantir a continuidade do *modus operandi* do sistema. Políticas sociais definem, portanto, respostas segmentadas às diferentes expressões da *questão social*. Elas localizam os efeitos totalizantes do sistema do capital em problemáticas situadas: desemprego, fome, moradia, salários, alcoolismo, drogas etc. (Netto, 2009). Diante das transformações no mundo do trabalho, as políticas sociais objetivam manter a oferta regular de força de trabalho, ao mesmo tempo, que pretendem mitigar os excessos disruptivos da exploração. No contexto do *neoliberalismo*, evanesce a intervenção econômica estatal e o mercado assume funções antes exclusivas do poder público (Behring & Boschetti, 2007), o que expressa uma estratégia de políticas públicas "baseada especificamente na sujeição e subordinação absoluta ao mercado (iniciativa privada que, no mundo real, sempre é assimétrica) como dispositivo de produção e reprodução social em sentido amplo" (Puello-Socarrás, 2014, p. 6).

No contexto brasileiro atual, as políticas de proteção social sofrem clara inflexão. A Seguridade Social além de ter suas políticas dissociadas, foi desconstitucionalizada. A saúde é diretamente

afetada por interesses capitalistas que transformam benefícios em mercadorias, sob a forma dos serviços. Na Assistência Social, o Estado busca ativamente parcerias com instituições privadas (Lima, 2003; Tessarolo & Krohling, 2011). Mas, foi ainda nos anos 1990, que a reforma do Estado brasileiro consagrou um novo tipo de organização na implementação dessas políticas (Bresser-Pereira & Grau, 1999). As organizações de serviços públicos não-estatais seriam responsáveis por operar a *prestação de serviços* de educação, saúde e cultura com o financiamento do Estado, configurando um setor conhecido pelos nomes de "terceiro setor", "setor não-governamental" ou "setor sem fins lucrativos".

Este novo setor é componente orgânico do processo de reestruturação capitalista, que reconfigura o modo de enfrentar a questão social, numa dinâmica centrada na sociedade civil e no mercado, em que relações trabalhistas afrouxadas acompanham a reestruturação produtiva, e a reforma do Estado efetiva a desresponsabilização diante das sequelas a desigualdade socioeconômica. O mercado passa a ser "a instância por excelência, de regulação e legitimação social. "O igualitarismo promovido pelo Estado intervencionista deve ser, na ótica neoliberal, combatido. No seu lugar, a desigualdade e a concorrência são concebidas como motores do estímulo e desenvolvimento social" (Montaño, 2002, p. 54). Quando amplos setores da população ficam descobertos pela assistência estatal e não têm meios para pagar serviços privados, o terceiro setor acaba por se tornar uma estratégia funcional, absorvendo a assistência "mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda" (Montaño, 2002, p. 56). A função ideológica é também importante para alinhar a transformação da sociedade civil à reestruturação do capital, particularmente, no que refere à legitimidade das reformas da Assistência e da Seguridade Social.

Este é o contexto em que programas sociais governamentais são convertidos em *projetos sociais*. Exemplar o caso do combate à pobreza, que jamais poderia ser comercializado como um serviço privado, mas pode ser terceirizado por meio de projetos geridos por organizações financiadas, mas não necessariamente fiscalizadas, pelo Estado. A responsabilidade sobre a questão social é transferida, tornando-se mera despesa para a contabilidade pública, o que acaba por justificá-la, pois os custos de implementação são reduzidos quando repassados para uma organização social. A passagem dos programas aos projetos sociais é uma forma de focalizar e descentralizar – atender um público específico, de uma região específica, deixando a execução por conta de diferentes organizações. Mas, os projetos sociais, normalmente, disputam recursos centralizados, o que acaba por definir uma legitimação por critérios de mérito e concorrência, na seleção de vencedores. Assim, a lógica interna de organização da política social harmoniza-se com preceitos neoliberais.

As políticas públicas de enfrentamento da questão social são, assim, sistematicamente reduzidas e fragmentadas em resultados parciais relativos aos diferentes projetos, cada qual gerido por uma organização social definida por mérito e competição. Ora, em tal contexto, não é difícil perceber que a organização do trabalho, interna aos projetos sociais, se torna incapaz de evitar a incidência dos elementos de *normalização e generalização da precariedade* que definem o cenário da própria questão social. Nesse sentido e paradoxalmente, o motivo pelo qual se justifica a existência dos projetos incide nos seus próprios trabalhadores. Isto leva, no limite, ao absurdo de fazer desses trabalhadores, seu próprio público!? Torna-se, portanto, claramente problemática a organização do trabalho no âmbito dos projetos sociais, uma vez que reproduz a condição de vulnerabilidade sobre a qual os projetos devem intervir.

Este artigo examina a percepção de um grupo de trabalhadoras, atuantes em projetos sociais, sobre sua própria condição de trabalho. O objetivo é compreender como a percepção da precariedade na vida laboral, isto é, entender o que leva pessoas que trabalham para combater a condição social produzida pelo neoliberalismo aceitarem (ou não) a submissão a esta mesma condição. A exposição está organizada em quatro sessões, além desta introdução. Começando pelos aspectos metodológicos, seguidos pela apresentação de uma seção teórica, reservando a discussão dos

achados da pesquisa para a terceira seção. Por fim, os resultados são resenhados nas considerações finais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A vocação reflexiva do problema de pesquisa tornou incontornável a decisão de adotar a perspectiva metodológica da sociologia da crítica (Boltanski & Chiapello, 2009; Boltanski, 2001; Boltanski & Thévenot, 1991). Porém, ao reconhecer nos sujeitos entrevistados uma capacidade de refletir criticamente sobre a sua própria realidade, vale considerar o alerta de Celikates (2012). Na *sociologia crítica*, o movimento típico é identificar, no nível macro, estruturas sociais e mecanismos que explicam a reprodução do *status quo*. Já a *sociologia da crítica* opta por análises no nível micro, descrevendo práticas situadas de crítica e justificação. É preciso, entretanto, manter as duas posições no horizonte da observação, pois este alargamento da perspectiva teórica não deve provocar o risco de negligenciar as condições sociais que contribuem tanto para a promoção quanto para o bloqueio das capacidades críticas e reflexivas dos atores sociais. A importância de reconhecer a capacidade dos atores sociais em compreender a sua realidade e realizar críticas não deve, portanto, desqualificar o entendimento de que certas condições sociais são capazes de comprometer e até mesmo bloquear, a capacidade crítica dos sujeitos pesquisados.

Optar por entrevistar trabalhadores e trabalhadoras que elaboram e executam projetos sociais significa reconhecer nas suas falas, nas descrições do cotidiano do trabalho, as pistas fundamentais para atingir o objetivo proposto. Dado o interesse da pesquisa em trabalhadores diretamente vinculados condução dos projetos em campo, não foram selecionados integrantes dos quadros burocráticos das organizações responsáveis pelos projetos. Foram selecionadas pela técnica da bola de neve 9 (nove) trabalhadoras, entrevistadas no período de abril a junho de 2018 (ver Quadro 1).

As entrevistas com trabalhadoras de diferentes projetos, com diferentes formações e que se encontravam desenvolvendo projetos diferentes em comunidades diferentes, vinculadas a uma organização a partir da execução de um ou mais projetos sociais e que a possível continuidade da contratação estivesse vinculada à renovação do projeto atual ou a um novo projeto em que possa se engajar. Todas as entrevistadas têm experiência na participação de projetos sociais, por isso, suas trajetórias foram exploradas, talvez mais do que a experiência do contrato eventualmente em vigor.

Quadro 1 – Descrição das trabalhadoras entrevistadas

Entrevistada	**Idade**	**Escolaridade**	**Tempo na atividade (anos)**
01	34	Pós-graduação	14
02	24	Graduação	5
03	31	Graduação	10
04	50	Graduação	20
05	38	Graduação	6
06	34	Pós-graduação	5
07	46	Graduação	10
08	27	Pós-graduação	5
09	29	Pós-graduação	4

Foi feita a degravação e análise do conteúdo de cerca de 23 horas de entrevistas. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”

(Bardin, 1994, p. 38). Buscou-se também inferir significados subentendidos e não ditos, uma vez que a necessidade de superar uma análise meramente textual das transcrições, ainda presente em análises quantitativas, deve ser reforçada na pesquisa qualitativa da área de Estudos Organizacionais, pois a compreensão de valores, atitudes e ideologias exige contextualização (Dellagnelo & Silva, 2005).

Neste artigo, projetos sociais definem ações estruturadas e intencionadas de um grupo ou organização, a partir de reflexão e diagnóstico de determinada problemática. Não equivalem a uma política, mas contribuem para o enfrentamento de um problema, organizando ações localizadas e das quais se espera resultados concretos (Stephanou, Müller e Carvalho, 2003). Contemplando objetivos e atividades adequados a uma quantidade limitada de recursos temporais, humanos, materiais e financeiros, os projetos não têm existência isolada, mas vínculo com programas e políticas de maior amplitude, na área e privada (Armani, 2009). Trata-se de pôr em prática uma política, delimitando de forma concreta o espaço e tempo das ações, no sentido de capturar a realidade complexa, tornando-a compreensível para os propósitos de planejamento e gestão.

O conteúdo das ações constituem situações de precariedade de uma comunidade ou grupo de vulneráveis, carente de determinado direito social. Os executores são empresas, organizações públicas ou organizações privadas sem fins lucrativos. Neste último grupo encontram-se entidades diversas tais que organizações não-governamentais (ONGs), fundações, associações, entidades de assistência social entre outras várias organizações da sociedade civil (Nogueira & Rossini, 2007). Estas organizações se veem obrigadas a captar recursos junto a doadores individuais (pessoas físicas e jurídicas), agências de cooperação, bancos, fundos governamentais, organismos de fomento de igrejas etc. É comum que órgãos financiadores públicos e privados informem seus interesses por meio de editais públicos em que definem público beneficiado, temática e objetivos, além do montante de recursos disponível para cada projeto.

Trabalhadores de projetos sociais são aqueles que elaboram, implementam e avaliam projetos em contato frequente com o público beneficiário. A contratação em organizações da sociedade civil costuma se dar por contrato temporário, em virtude da duração do projeto. Há os que trabalham como autônomos e os que atuam por meio de pessoa jurídica própria ou de terceiros, seja uma sociedade limitada, microempresa, empreendedor individual etc., ou, ainda, empreendimento solidário, cooperativa, associação etc. É comum encontrar nos trabalhadores, pessoas engajadas nas causas dos projetos de que participam; por isso, parecem empenhados em transformar a realidade e enxergam no trabalho uma possibilidade de ganhar seu sustento, contribuindo em causas que acreditam.

O NOVO ESPÍRITO FLEXÍVEL: O PROJETO COMO FORMA DE VIDA

Examinando as transformações contemporâneas do trabalho, fica evidente seu caráter excessivo e radical em termos de perda de direitos, aumento da carga de trabalho, redução de salários, desemprego, desassistência estatal etc. Enfim, testemunhamos a vulnerabilidade crescente da vida no trabalho. Uma pergunta sobre os limites desses excessos, talvez deva ser antecedida por outra, a respeito das suas razões e justificativas, aquilo que ainda move os indivíduos, fazendo-os continuar. Afinal, o que faz com que os indivíduos continuem?

O Novo Espírito do Capitalismo, de Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009), analisa as transformações do trabalho problematizando o engajamento, porque o capitalismo parece absurdo nesse aspecto. Não apenas por que condena os trabalhadores assalariados a perder a propriedade do seu trabalho, obrigando-as a viver em permanente subordinação; mas também porque prende os capitalistas num processo infindável e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação imediata (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 38). A continuidade do processo de acumulação exige a

mobilização de milhões de pessoas. O sistema deve oferecer alguma segurança para que seja possível aspirar uma vida passível de justificação.

A *justificação* manifesta padrões coerentes de legitimação e argumentação, sempre situadas em contexto social-histórico. Estas formas reconhecidas de juízo de valor são definidas pela posição relativa do enunciador, ainda que independentes das propriedades ou do poder de quem as exprime. Tem sua legitimidade garantida por um efeito estrutural que valida regimes de justificação em dados contextos. “tendo estes regimes uma validade generalizada são susceptíveis de servir de apoio, tanto aos argumentos enunciados de modo crítico, como às justificações desenvolvidas pelas pessoas que foram postas em causa ao responder a essas críticas” (Boltanski, 2001, p. 15). As sociedades modernas coexistem com diferentes sistemas de justificação num mesmo espaço social.

A definição desse espaço é o que determina o conceito de *cidade*, como um dado ordenamento de valores que conferem solidez a um argumento. Os valores expressos em cada cidade são critérios de legitimidade, dentre os quais a criatividade, a produtividade, a liberdade, o renome e a solidariedade. Em *De la justification: les économies de la grandeur,* Boltanski & Thévenot (1991) apresentam seis cidades definidas por adjetivação: inspirada, doméstica, da fama, cívica, mercantil e industrial. A lógica interna, de cada uma delas, define os princípios que compõem a justificação, determinando as características de grandeza. *Grandeza* é entendida como métrica dos valores legitimamente atribuídos no contexto das cidades. Na cidade da fama, por exemplo, a grandeza é medida pela opinião alheia, isto é, o número de pessoas que concedem crédito e estima. O *grande* desta cidade é o considerado “famoso”. O *pequeno* ou em declínio é o que se encontra no anonimato ou esquecimento. Na cidade industrial, a grandeza é medida dada pela eficácia e produtividade, sendo o amadorismo e a improdutividade seu polo antitético, rechaçado.

Para obter legitimidade, “as pretensões das pessoas devem ser confrontadas com a realidade segundo procedimentos mais ou menos estandardizados” chamados de *provas* (Boltanski, 2001, p. 16). O resultado da prova dá força ao julgamento, dificultando o seu questionamento. Cada regime de justificação define um princípio de avaliação e suas características, estabelecendo a ordem da cidade. As cidades são fenômenos com dimensão histórica e social, sujeitas a desaparecerem sob novas legitimações e justificações. A historicidade dos regimes de justificação parecem relacionar-se às diferentes fases do capitalismo, dando ensejo à própria noção de cidade.

> O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, *legitimando o modo de ação e as disposições coerentes com ela*. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42 – grifo meu).

O espírito do capitalismo representa uma captura das mudanças históricas. A *justificação* espelha as maneiras legítimas da ação dirigida ao lucro, de cada época. O primeiro espírito do capitalismo define as qualidades do burguês desbravador de novos mercados, disposto ao risco em nome do progresso. Os valores são avareza ou parcimônia nos gastos, espírito poupador e habilidade para os negócios. No âmbito doméstico, defende-se valores tradicionais: família, linhagem, patrimônio familiar e castidade das moças. Importante é também o caráter patriarcal nas relações entre patrão e empregado, um dos pontos da crítica sob a qual emerge o segundo espírito do capitalismo. A grande empresa surge entre os anos 1930 e 1960 e define um segundo período, marcado pelo deslocamento da justificação do empresário individual para a organização empresarial. A nova organização tem caráter corporativo, desmembra propriedade e controle, não é mais familiar e dirigida pelo proprietário capitalista, mas por um quadro executivo com formação técnica. A grandeza vincula-se à figura do dirigente da grande empresa. O segundo espírito é centrado numa estabilidade que aspira um futuro próspero, vincula-se à racionalização e à planificação de longo prazo. O ambiente

das grandes corporações torna-se um espaço de proteção capaz de oferecer perspectivas de carreira e infraestrutura para a vida cotidiana.

O momento atual corresponde ao terceiro espírito, que começa a se formar com o fim dos trinta gloriosos, na década de 1970. O capitalismo tem vida-longa porque é capaz de reciclar as ideologias, de assimilar a crítica para desarmá-la (Boltanski & Chiapello, 2009). Nos anos 1960, cujo ápice foi *maio de 1968*, a crítica assume a forma da "sociedade unidimensional" de Marcuse (1964), com a captura da autonomia dos trabalhadores, a perda de sentido de suas vidas e o lúgubre horizonte da subordinação. O capitalismo promove desigualdade e desesperança. Esta crítica organiza-se numa dupla associação: (1) a crítica estética do desencanto e da inautenticidade; (2) a crítica social da injustiça e empobrecimento. Sua assimilação faz surgir um mundo reticular, nomeado *cidade por projetos* (Boltanski & Chiapello, 2009).

A cidade por projetos representa o *mundo conexionista*. Relações profissionais são estabelecidas por interações temporárias com mediação típica por meio de *projetos*. Pessoas reunidas temporariamente, ativam um segmento de uma rede durante um curto período. Isto exige um engajamento diferenciado e efêmero, pois o fim da atividade é, desde o início, previsto.

> O horizonte de um fim inevitável e desejável, portanto, acompanha o engajamento sem afetar o entusiasmo. Essa é a razão pela qual o engajamento é concebido como voluntário. Ter a opção de não se engajar em dado projeto, portanto, poder escolher os seus projetos, é uma das condições para o funcionamento harmonioso da cidade, e essa condição é garantida pela pluriatividade que cada um desenvolve. Além disso, o conhecimento do fim é acompanhado pela esperança de que um projeto novo suceda àquele que termina, de que ele já esteja em gestação no tecido dos elos estabelecidos no presente, mesmo que ainda se ignore a forma que assumirá de tal modo que a tensão entre o engajamento exigido e o resultado anunciado mostra-se superável (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 142).

Novas qualidades são exigidas: ser adaptável, flexível e polivalente. O *grande* desta cidade sabe se engajar e se desengajar no momento certo, participando de novos projetos, formando novos elos, tecendo sistematicamente sua rede. Deve estar disponível para os engajamentos e novos conhecimentos, nunca restringir suas aptidões. Eis as características da nova configuração utilitária. Mas, há também a solidariedade, na medida da responsabilidade sobre o engajamento dos outros. O gerente de projetos – figura central do mundo conexionista – precisa ser um líder, um animador da equipe, inspirar confiança, ser carismático, gerar entusiasmo. Figura não autoritária que conquista a confiança e o respeito do 'seu time'. O papel de chefia cabe agora ao cliente, sob o imperativo da atenção às suas necessidades e exigências. O conexionista é também nômade, deve estar à vontade onde quer que esteja, sabendo também ser local.

A cidade por projetos aponta um modelo de engajamento exigente, que aumenta a flexibilidade do trabalho atribuindo-lhe as incertezas do mercado. Aquele que não conseguir passar pela prova do mundo conexionista, ou seja, que não conseguir renovar a sua carteira de projetos está sujeito à exclusão. Para Boltanski e Chiapello (2009), essas transformações respondem pela *desconstrução do mundo do trabalho*, em parte pela tendência à formação de oligopólios, junto com a crescente participação dos pequenos negócios.

Flexibilidade é a palavra-chave do mundo conexionista. Fragmenta o trabalho – consequentemente, a classe que a ela corresponderia – porque exige a coexistência de um mosaico de estatutos de trabalho num espaço organizativo. A diversidade pressupõe a concorrência e a união limitada à conexão efêmera. O apelo ao indivíduo é central no esquema da cidade por projetos. A assimilação das críticas do segundo espírito, trouxe transformações profundas nas relações capital-trabalho. Estas obrigaram os críticos a mudar o seu foco, deixando a crítica desarmada. Como afirma Ẑiẑek (2011, p. 53), "o capitalismo transformado e legitimado como processo igualitário acentua a interação autopoiética e a auto-organização espontânea, usurpando da extrema esquerda a retórica da autogestão dos trabalhadores, transformando o lema anticapitalista em capitalista."

A assimilação da crítica significou uma reversão em amplo sentido. Se no segundo espírito do capitalismo, a autonomia no trabalho era uma bandeira a ser conquistada, no novo espírito, a autonomia passa a ser uma exigência. Mas, a autonomia e a responsabilidade ocorre à custa da supressão da segurança do trabalhador. Os trabalhadores transformados em empreendedores dependentes da venda do seu trabalho para subsistir, saíram do direito do trabalho e entraram no direito comercial.

OS ACHADOS EMPÍRICOS

Em diversos momentos as entrevistadas relataram o forte envolvimento com as comunidades atendidas como motivo para se doarem ao trabalho. A dedicação se justifica também porque a realização das tarefas faz com que se sintam pessoalmente realizadas, já que o trabalho exige certa criatividade e autonomia. Não menos importantes são os relatos que afirmam a opção consciente de não trabalhar "a vida toda no mesmo lugar", e a ideia de que a alternância de projetos é uma coisa positiva. A análise e compreensão dessas justificavas, levou à classificação dos argumentos, que explicam a aceitação de condições precárias de trabalho, em três categorias: o engajamento, a autonomia e a alternância (Boltanski & Chiapello, 2009).

Uma primeira aproximação analítica se faz necessária pela via da captura da afetividade que caracteriza o trabalho de cunho social. Ainda que seja possível reconhecer que ela pode ser precarizada (Standing, 2014) e que muitos desses sentimentos sejam manifestações da precarização da afetividade. A afetividade é elemento fundamental deste trabalho, responde pela empatia pelo público atendido e a dedicação na busca de soluções para os problemas enfrentados, ao mesmo tempo, no contexto dos projetos, a carga afetiva produz um sentimento de impotência, ocasiona desgaste mental que, por sua vez, pode ocasionar danos à saúde física e psíquica.

> Não que eu esteja diretamente trabalhando com mulheres em situação de violência, mas eu estou trabalhando com equipes que trabalham com mulheres em situação de violência, com crianças em situação de abuso sexual. São temas pesados. E pra eu estar lá e pra poder ter o conteúdo pra poder dizer para aquelas pessoas que estão na base trabalhando com isso, eu minimamente tenho que me apropriar e eu tenho que ler, eu tenho que procurar. E até notícias me impactam, às vezes, são sempre coisas muito pesadas que tu tem que trazer exemplos, que tu tem que ir atrás de estatísticas, vendo dados e trazendo impacto disso na vida das pessoas (Entrevistada 05).

Diversos foram os relatos de sentimento de impotência diante do público atendido. A lógica dos projetos sociais é focalizante e os problemas e suas respostas inserem-se em estruturas sociais totalizantes (MONTAÑO, 2010). A tendência é que as soluções apresentadas sejam parciais e paliativas. Além disso, o desmanche da assistência social, a diminuição da presença do Estado e a terceirização da política social impacta o trabalho dos TPS, principalmente na sua esfera afetiva.

> É horrível! Eu mais no final, como eu estava com uma sobrecarga grande de funções, e eu estava bem mergulhada na comunidade que eu estava escrevendo o projeto baseado na politica de segurança alimentar, fica destruído, porque tu não tem o que fazer… a gente sabia que tinha que levar uma grande quantidade de comida nas oficinas, e é muito triste, porque a gente sabe que faz parte de uma crise muito maior, uma crise do capitalismo em si, que tá aí reestruturando, vai retirar os direitos cada vez mais (Entrevistada 02).

As entrevistadas apontavam o surgimento ou recrudescimento de sofrimento físico e/ou psíquico decorrente do desgaste emocional que enfrentavam. Ver os problemas sociais materializados em pessoas e conviver com elas desperta o afeto e leva os trabalhadores ao sofrimento psíquico ("se adoece muito") de diversas formas. A Entrevistada 07 relata estresse e seu efeito nos problemas de saúde previamente existentes.

> Então, até que ponto eu estou trabalhando e ganhando e até que ponto isso está valendo pra questão da minha própria segurança. Tive uma baita de uma crise de nevralgia, eu tenho bruxismo, mas eu tive uns 2

> meses que tive dores horríveis na minha arcada dentária, em tudo. Foi bem complicado, eu pensei que era uma rinite, sinusite, uma infecção, e na verdade não era. A primeira coisa que a minha dentista falou é que era um estresse muito grande que tem um impacto, tem toda questão da coluna cervical, tudo (Entrevistada 07).

Desde logo, é preciso reconhecer a afetividade como elemento fundamental da atividade laboral. O os trabalhadores de projetos sociais lidam cotidianamente com sintomas da barbárie social que impactam emocionalmente. Ao assumir a responsabilidade da política social "na ponta", sofrem o desgaste de perceber que o trabalho que realizam não os conduz à transformação social que almejam. A precarização da afetividade se manifesta através de doenças psíquicas como estresse, ansiedade, depressão e muitas outras, assim como as suas doenças físicas decorrentes.

Pois, esta mesma captura da afetividade revela uma outra face. Nas entrevistas, é frequente a menção à disposição para resolver os problemas encontrados nas diferentes comunidades ou mesmo nas organizações quando colegas encontram dificuldades.

> O que acontece em projetos sociais, quando tu curte o que estás fazendo, tu te envolves pessoalmente com isso, tu não estás fazendo um trabalho só pelo valor que tu recebe, tu não estás executando um negócio só porque estão te pagando. E até hoje, na minha vida profissional, tem coisas que eu faço sem cobrar, mas tem coisas que eu não faria nem que me pagassem (Entrevistada 01).

O **engajamento** é uma característica determinante da cidade por projetos, que permite a passagem do controle externo, realizado por chefias, para o autocontrole dos trabalhadores – deslocando a coerção externa dos dispositivos organizacionais para a sua subjetividade (Boltanski & Chiapello, 2009). Quando a Entrevistada 01 cria a oposição entre dois trabalhos, reforça a perspectiva de um trabalho orientado por valores substantivos. O argumento relaciona remuneração e moralidade, justificando a realização de trabalho não remunerado. Em outro momento, a Entrevistada 01 retoma o argumento acrescentando sua satisfação pessoal.

> … tem a perspectiva de mudança social, por mais que eu duvide das formas como a gente faz, mas eu acho que trazem algumas mudanças estruturais, pelo menos micro. Tem uma satisfação pessoal no trabalho, no resultado dele, e isso me movimenta, tem algo que a gente acredita ... Quem está na economia solidária, não vai ter dinheiro assim, a gente não tem expectativa de ser rico. Nosso sonho hoje é viver do trabalho, sendo paga pelo nosso trabalho (Entrevistada 01).

A satisfação pessoal do trabalho é justificada pelo seu resultado na tentativa de promover uma mudança social, parece possível ter um trabalho que garanta a subsistência e, ao mesmo tempo, permita transformar a sociedade, nesse sentido, ser remunerado para exercer militância seria uma dádiva! É importante entender que exercer uma função num projeto social é trabalho, que muitas vezes é mal remunerado e que muitas outras vezes parte dele não é pago. Estes profissionais enxergam o engajamento nos projetos como continuidade do engajamento nas causas que defendem. Assim, é possível afirmar que, diferentemente da empresa privada, que precisa criar a relação de identidade com o seu trabalhador, nos projetos sociais esta identificação se encontra previamente disponível. Mas, superposição de trabalho remunerado e militância política ou voluntariado pode levar à negligencia do trabalho não remunerado.

> Na verdade eu trazia [trabalho pra casa], e a partir do momento que eu falei assim: eu final de semana passado eu estava em viagem, neste final de semana eu não vou trabalhar em casa! E aí tu ouvir da coordenação de que estava na programação de que eu iria trabalhar em casa quinta e sexta, não estava na programação que trabalharia em casa sábado e domingo. Pra ti ver que eu estava no piloto automático, que eu deveria... levar pra casa. Sabe aquela coisa que tu diz "tu veste a camisa", tu ama tanto o que tu faz que tu veste a camisa, isso é uma porcaria, a gente faz isso mesmo, principalmente que está na área de trabalho dos projetos sociais. E quando tu é da igreja, aí a desgraça tá feita, porque na igreja a gente tem muito forte a questão do voluntariado, de se jogar de cabeça e fazer, e de abraçar… não vou dizer uma obrigação, mas é uma coisa que faz parte do discurso religioso, de tu se dedicar (Entrevistada 05).

A relação que é constituída com a religião e depois com o voluntariado ajuda a colocar em outra perspectiva a relação entre trabalho em projetos sociais e a militância social. Se por um lado é uma dádiva, por outro, trabalhar além do contrato não seria precarização, ainda mais na construção de um projeto em que se acredita.

O relacionamento com pessoas em situação de vulnerabilidade social é comum que os primeiros comparem a sua situação socioeconômica com os segundos. Essa comparação acaba servindo de justificação para a precarização do trabalho, como aconteceu com a entrevistada 07 ao ser questionada sobre os riscos do trabalho junto a cooperativas de catadores.

> A gente já teve caso de leptospirose ali na [comunidade], eles comem o que vem junto com o reciclável, é complicado ... As pessoas como elas não veem um impacto muito na hora e só vão ver quando forem mais velhas, é do tipo, não se cuidam muito. Não cuidam botar a máscara, proteger o ouvido da barulheira o dia inteiro ali. Tem os carrinhos, mas as vezes têm uns guris novos carregando aqueles fardos nas costas. Eu acho que todo mundo tem algum grau de não estar muito adequado ao ambiente de trabalho, mas eles estão muito piores, **eu ainda sou privilegiada**, eu não tenho que ficar dentro da unidade respirando aquele pozinho ali, pegando aquele material e vindo resto de bicho junto. A qualidade do material é horrível (Entrevistada 07).

Quando faz menção a si, a Entrevistada 07 ameniza sua exposição, reforçando a exposição do público atendido a pragas, risco de acidentes de trabalho e doenças. A entrevistada chega à conclusão que ela é privilegiada pois não fica exposta a estes agentes de forma permanente! O engajamento da entrevistada na busca por melhorias no trabalho da comunidade faz com que ela negligencie a qualidade do seu trabalho, elevando sua tolerância à precarização.

A justificação através do **engajamento** revela certa receptividade à flexibilização do trabalho em função de causas, relacionadas a ele, que contribuiriam para a transformação da sociedade. Esta identificação eleva a tolerância a conteúdos estranhos à sua função ou formação, jornadas mais extensas, e também a exposição à insegurança em locais perigosos e insalubres.

A defesa da **autonomia** no espaço de trabalho surge das críticas ao modelo hierárquico, oriundas principalmente de trabalhadores mais qualificados. Este conjunto de críticas, expresso de forma veemente no final dos anos 1960 e década de 1970, vem sendo assimilada pela nova gestão empresarial. A gestão dos anos 1990, logra abandonar a defesa do controle burocrático e passa a defender a empresa com características mais humanas, onde as pessoas podem atingir a autorrealização (Boltanski & Chiapello, 2009).

Nas entrevistas, a autonomia é expressa como liberdade de criação e na liberdade de organização do trabalho. As trabalhadoras de empreendimentos cooperativos não possuem patrão ou chefe para determinar o que fazer e não fazer. Nesse caso, a própria execução do projeto é vista como expressão de autonomia, sob o argumento de que isso não acontecer na empresa convencional.

> Eu não tenho patrão, não tenho alguém que fica pondo sobre o meu trabalho, mais valia, não tem alguém que me obriga a estar aqui ontem por 16 horas, e amanhã estar na [nome da organização] manhã, tarde e noite, não tem alguém que me obriga a escrever dois projetos simultâneos como a gente está agora ou estar em mil reuniões. Mas eu faço isso (Entrevistada 01).

Esta capacidade de tomar decisões sobre a rotina de trabalho, também permite que se imponha jornadas de trabalho mais extensas e estafantes. Embora seja importante reconhecer que a ausência da figura do patrão seja uma condição de autonomia, se a Entrevistada 01 fosse contratada com direitos trabalhistas, poderia haver um limite objetivo na jornada de trabalho. Ao fixar-se na figura do patrão sem, na realidade, assumir radicalmente este papel, a entrevistada parece vislumbrar a irracionalidade capitalista, que expõe os patrões à pressão concorrencial e outras desmedidas (Boltanski & Chiapello, 2009). No final, ela reconhece as exigências do trabalho (metas, prazos a

cumprir, compromissos com o público atendido, etc) que a obrigam a trabalhar como se o patrão existisse.

A liberdade de criação é apontada como fator de autonomia. O que se explica pela condução de atividades junto a uma comunidade, que acaba exigindo adequações à realidade de cada grupo atendido.

> … a gente tinha muito mais liberdade naquilo que iria fazer com os empreendimentos, entende. A relação era nossa com o empreendimento. Então se a gente tivesse condições, e capacidade de estimular o debate, o debate acontecia porque a instituição permitia, ela não interferia nisso. E se a gente tivesse alguma coisa pra criar, e tivesse condições de fazer, a instituição não cerceava, então acabava sendo um trabalho bastante envolvente porque tu tinha uma certa liberdade de criação, e tu tinha que te virar para resolver aquilo que tu criasse. Era tu que te virava (Entrevistada 04).

Esta visão de autonomia aposta na sensação de que cada trabalhador está fazendo a diferença no seu trabalho, usando seu conhecimento e sua experiência para produzir resultados melhores para enfrentar o problema diagnosticado, trazendo melhorias na vida das pessoas, o que conduz o trabalhador em projetos sociais a um sentimento de autorrealização.

> É trabalho, mas eu não sei, eu não sinto. Se fala de trabalho como algo penoso, mas eu não sinto isso. Pra mim é meio viciante, tu fica meio *workaholic*, porque é um prazer misto, eu não sei quando eu estou trabalhando e quando eu estou curtindo, assim, vamos tomar um chimarrão. A tua vida privada e a tua vida de trabalho acaba dando uma boa fundida, assim. Eu não acho que seja saudável, nem muito legal, mas essa é a realidade (Entrevistada 01)

O fato de o trabalho ser viciante, “workaholic”, deve ser examinado, porque a vida privada e trabalho se confundem. A própria entrevistada reconhece que esta fusão não é saudável. Em outro momento da entrevista, ela reconhece que o modelo de trabalho em projetos, embora tenha se adequado aos seus anseios profissionais, pode trazer consequências sociais ruins se adaptado para toda a sociedade.

> O patrão está desaparecendo do processo, mas não desaparece o capitalismo do sistema, e a exploração, e isso é a chave da virada e aí eu acho muito louco porque a economia solidaria contribui pra isso, a gente está se adaptando, de se adaptar ao sistema de exploração do trabalho, mas de uma maneira muito satisfatória mentalmente, por isso que eu acho que é uma ilusão, da gente não está sofrendo com isso, a gente está indo sem ninguém te mandar, e tu movimenta a máquina, e é muito barato o sistema manter isso, porque se alguém te manda, ganha mais que tu, e eu não preciso alguém me mandar, eu já faço isso sem me mandar (Entrevistada 01).

A entrevistada 01 deixa transparecer um sentimento contraditório. Ela percebe que a figura do patrão (ou do chefe, ou do gerente) está desaparecendo, perdendo sentido, mas o que está tomando o seu lugar não é um processo emancipador. Ao contrário, ela percebe que “a gente está se adaptando” e aceitando a nova morfologia do mundo do trabalho (Antunes, 1999). Nesse sentido, a aparente autonomia se revela uma forma de obediência (“a gente está indo sem ninguém te mandar”), quando o trabalhador introjeta o projeto a ponto de não precisar ser coagido para fazer o que dele se espera. Não se trata de apontar que no trabalho em projetos sociais não haja espaço para a realização pessoal, contudo, é preciso compreender que a aparente autonomia pode ser utilizada para reforçar a precariedade. Nas entrevistas, percebe-se este processo de autocontrole da consciência do trabalhador, que introjeta o papel que caberia ao seu chefe.

Para analisar a **alternância**, antes de mais nada, vale lembrar que há um limite físico da exploração do trabalho mesmo no contexto do capitalismo flexível. A contradição é expressa pelas necessidades do descanso dos trabalhadores, o que limita a jornada de trabalho, mas, ao mesmo tempo, é preciso manter um vínculo de trabalho que garanta a subsistência individual e familiar. A flexibilização tende a colocar no colo dos trabalhadores a responsabilidade pela gestão dessa

contradição. Quando se observar esse fenômeno sob a forma de uma justificação, compreende-se como as trabalhadoras de projetos sociais percebem a alternância como algo positivo para si.

> O que eu entendo por projeto social? Eu acho que primeiro ter começo, meio e fim, e isso é um fator que pode ser ruim, mas pode ser bom. Eu acho que sou meio viciada, tipo, eu não consigo estar num lugar mais de 2 anos. Nunca estive (Entrevistada 01).

> Por exemplo, hoje eu tenho o grupo da [organização executora], a gente está há dois anos juntos, mas a gente não tem uma rotina nunca, e aí é muito louco porque esse tipo de trabalho, ele te tira, eu não consigo imaginar uma rotina, cada dia é um dia, não têm horários, a gente faz nosso horário, trabalha pra caramba, na verdade, e tem... esse tipo de coisa acaba que tu te acostuma. Eu inclusive me coloca em dúvida se eu conseguiria estar num lugar como as pessoas normalmente querem, estar num lugar formal, das 8h as 18h, com uma hora e meia de almoço, tendo férias uma vez por ano, eu não sei se eu conseguiria, honestamente (Entrevistada 01).

> O pior é que eu gosto dessa cachaça aí, sabe? De ser temporário, de estar um pouco aqui, depois estar ali. Eu gosto de me movimentar, eu não gosto de estar parada no mesmo lugar. Eu não sei se eu conseguiria ficar trabalhando numa empresa, numa instituição, num órgão público 20 anos até me aposentar. Eu não sei se não ia dar uma surtadinha. Eu gosto de variar, de diversificar. Eu acho que em algum momento as coisas se esgotam, as mesmas coisas, as mesmas pessoas, sabe. Eu gosto de iniciar um trabalho novo (Entrevistada 03).

As entrevistadas 01 e 03 manifestaram de forma mais enfática o interesse por continuar trabalhando com projetos. Ambas oferecem o argumento da mudança de ambiente de trabalho como coisa positiva (“eu não consigo estar num lugar mais de dois anos”, “Eu gosto de me movimentar, eu não gosto de estar parada no mesmo lugar”). Manifesta-se também uma crítica à rotina, trabalho mecânico e repetitivo (“eu não consigo imaginar uma rotina, cada dia é um dia”, “em algum momento as coisas se esgotam, as mesmas coisas, as mesmas pessoas”). Admitindo que preferem trabalhar em projetos, ambas demonstram entender que esta lógica tem um lado negativo (“isso é um fator que pode ser ruim, mas pode ser bom”, “O pior é que eu gosto dessa cachaça aí”). O resultado é uma tautologia: trabalhar com projetos só é bom enquanto houver projetos.

A sensação de permanecer no mesmo lugar, fazendo a mesma coisa por longos anos até a aposentadoria, causa nas gerações mais novas um vazio existencial. Nesse sentido, ao exigir a frequente passagem pelas provas, isto é, a necessidade de renovação do engajamento num projeto diferente, em diferentes lugares e com diferentes pessoas, a cidade por projetos consegue responder aos anseios por aventuras ou à necessidade de encontrar sentido no trabalho que se realiza.

> A sucessão dos projetos é concebida como oportunidade de lhe revelar a cada etapa um pouco mais da sua essência, da identidade mais profunda que o constitui e singulariza (mais ou menos como se considerava que a sucessão das vanguardas em arte tinha a missão de ir revelando progressivamente a essência da arte). Mas essa busca por si mesmo passa por uma sucessão de provas que pressupõe ao mesmo tempo a variação das identidades adotadas segundo os projetos e a manutenção de uma personalidade permanente que possibilite a capitalização das conquistas ao longo do deslocamento das redes (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 467).

Como afirmam os autores, mesmo reconhecendo a impossibilidade de eliminar todas as provas, uma sociedade de provas perpetuamente renovadas logo se revela insuportável. Recentemente, passamos no Brasil por um período em que era fácil sair de um projeto para outro com pouco tempo de desocupação. Essa realidade, que logo se mostrou conjuntural, permitiu que muitos trabalhadores em projetos sociais não sentissem o peso de ter que passar por uma nova prova. A mudança do cenário político e econômico está demonstrando que a dádiva da alternância de projetos é, na verdade, mais uma face da precarização do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em projetos sociais exige muito da dimensão afetiva, através dela o trabalhador desenvolve empatia pelo público atendido e se esmera na busca de soluções para os problemas enfrentados. Ao mesmo tempo, a afetividade precarizada leva a um sentimento de impotência que ocasiona um desgaste mental que por sua vez, pode se manifestar ocasionando danos à saúde psíquica e física do trabalhador. Nos projetos sociais, a lida diária com sintomas da barbárie social, impacta emocionalmente. Ao assumir a responsabilidade da política social 'na ponta', as trabalhadoras sofrem o desgaste de perceber que o trabalho realizado, apesar das boas intenções, é pouco efetivo na transformação social. Esta afetividade negativada manifesta-se em sintomas psíquicos tais como estresse, ansiedade, depressão e outros, e ainda nas doenças físicas deles decorrentes.

Algumas das qualidades exigidas dos trabalhadores em projetos sociais como a adaptabilidade, a flexibilidade e a polivalência, junto com a necessidade de saber se engajar e desengajar dos projetos no momento certo, passando pela prova de fazer uma nova conexão na rede de projetos sociais, se encontram de acordo com o *novo espírito do capitalismo* (Boltanski & Chiapello, 2009).

A justificação através do engajamento mostra trabalhadoras que costumam aceitar a precarização porque imaginam que a dedicação seria uma forma de contribuir para a transformação da sociedade. A identificação com a causa produz aquiescência às condições de exploração, tais como tarefas inadequadas à função ou formação, trabalho fora do horário e insegurança no ambiente de trabalho.

A justificação pela autonomia revela a sensação que trabalhadora tem de fazer a diferença, por meio do uso de conhecimento e experiência, para produzir resultados e melhor enfrentar o problema social diagnosticado. O que traz melhorias para a vida das pessoas produz um sentimento de autorrealização. Alguns relatos apontaram a ausência de hierarquia no trabalho como fator de liberdade, uma autonomia que não deixa de se subordinar à lógica capitalista, por isso acaba justificando a flexibilização do trabalho e dos direitos a ele relacionados.

Por fim, a justificação através da alternância revela a percepção de que a mudança de ambiente de trabalho, devido à passagem de um projeto a outro, pode ser positiva. Manifestando uma crítica à rotina, ao trabalho mecânico e repetitivo. Entender a necessidade de mudar de trabalho em curtos períodos como uma virtude, remete à crítica da inautenticidade do trabalho, no segundo espírito do capitalismo. A sensação de permanecer no mesmo lugar, fazendo a mesma coisa, por longos anos parece causar, nas gerações mais novas, um vazio existencial. Essa justificação contribui para fortalecer a flexibilidade, tornando aceitável algum grau de precariedade.

Pelo que foi descrito, é possível considerar que o trabalho em projetos sociais carrega em seu interior formas de precarização que possuem peculiaridade, que merecem atenção. Antes de mais nada, porque ainda que almeje combater condições sociais precárias provocadas por políticas neoliberais, acaba empurrando os seus próprios trabalhadores para esta mesma condição. A segunda peculiaridade diz respeito à instrumentalização da consciência social e da militância de trabalhadores, que parece se converter em justificação. A permanência de relações precárias, ao longo da trajetória laboral, parece produzir um salto qualitativo. Ao mesmo tempo, testemunhamos um processo e uma condição. Será preciso avançar a investigação sobre esses trabalhadores para entender o quanto eles estão expostos à precariedade, a ponto integrar o novo Precariado (Standing, 2014).

REFERÊNCIAS:

Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* (2nd ed.). Bauru: Canal 6.
André, R. G., Da Silva, R. O., & Nascimento, R. P. (2019). “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, *18*(1), 7–34. https://doi.org/10.21529/RECADM.2019001
Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
Antunes, R. (2004). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In G. FRIGOTTO & P. GENTILI (Eds.), *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.* (pp. 35–48). São Paulo: Cortez.
Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
Armani, D. (2009). *Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
Bardin, L. (1994). *Análise de Conteúdo*. https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2
Behring, E., & Boschetti, I. (2007). *Política social: fundamentos e história* (3rd ed.). São Paulo: Cortez.
Benedicto, M., & Marli, M. (2018, April 11). 10% da população concentram quase metade da renda do país. *IBGE - Agência de Notícias*. Retrieved from https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais
Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
Boltanski, L. (2001). A moral da rede? críticas e justificações nas recentes evoluções do capitalismo. Fórum Sociológico, [s. l.], n. 5/6, p. 13–35. Retrieved from <http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/Artigo1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.
Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard.
Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
Bresser-Pereira, L. C., & Grau, N. C. (1999). Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado* (pp. 15–48). Rio de Janeiro: Editora FGV.
Celikates, R. (2012). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica. *Novos Estudos - CEBRAP*, *93*, 29–42. Retrieved from http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a04.pdf
Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.
Dellagnelo, E. H., & Silva, R. C. da. (2005). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In M. M. Vieira & D. M. Zouian (Eds.), *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV.
Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, *24*(01), 37–57. https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004
Fonseca, D., & Alves, G. (2013). O movimento social do precariado, carência de futuridade e necrose do capitalismo de bem-estar social em Portugal. *Projeto História*, (46), 91–114. Retrieved from https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/17130/13752
Gounet, T. (1999). *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
Harvey, D. (2010). *Condição Pós-moderna* (19th ed.). São Paulo: Edições Loyola.
IBGE. (2018). Síntese de Indicadores Sociais. Retrieved March 15, 2019, from https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Lima, V. (2003). Padrões de acumulação e políticas sociais no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, *7*(1), 1–20. https://doi.org/2178-2865
Marcuse, H. (1991 [1964]). One-dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society. Boston: Beacon Press.
Marx, K. (2008). *O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro* (25th ed., Vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Montaño, C. E. (2002). O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor." *Lutas Sociais*, *0*(8), 53–64. Retrieved from https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066
Montaño, C. E. (2010). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.* (6th ed.). São Paulo: Cortez.
Moraes Neto, B. R. de. (1989). *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão.* São Paulo: Brasiliense.
Nogueira, A. J. F. M., & Rossini, V. D. B. (2007). Uma reflexão sobre as relações de trabalho em organizações sem fins lucrativos. *REGE. Revista de Gestão USP*, *14*(1), 67–76. https://doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2007.36591
Puello-Socarrás, J. F. (2014). Ocho Tesis Sobre El Neoliberalismo (1973-2013). *Revista Espacio Crítico*, (18), 4–21. Retrieved from https://marxismocritico.files.wordpress.com/2014/02/n18_a01.pdf
Sanches, J. R. (2013). Banco de horas: uma resposta legal à organização flexível do trabalho. *Anais Do V Simpósio Internacional de Lutas Sociais Na América Latina*, 132–144. Retrieved from http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v10_jussara_GIII.pdf
Singer, P. (2010). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
Standing, G. (2014). *O Precariado: a nova classe perigosa*. Retrieved from http://www.presenca.pt/livro/o-precariado/
STEPHANOU, L., MÜLLER, L. H., & CARVALHO, I. C. (2003). *Guia para a elaboração de projetos sociais*. Porto Alegre: FLD.
Tessarolo, E. M., & Krohling, A. (2011). A passagem do Programa Comunidade Solidária para o Programa Bolsa Família: continuidades e rupturas. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, (16), 74–92. Retrieved from http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3734
Tonet, I. (2007). Do conceito de sociedade civil. In I. Tonet (Ed.), *Democracia ou Liberdade?* Retrieved from http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf